

ISSN: 0102-1117
e-ISSN: 2526-0847

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Emília Suitberta de Oliveira Trigueiro*

RESUMO

A escola tem a função de socializar os indivíduos, imprimindo cultura e valores morais, além de transmitir os conhecimentos científicos acumulados pela humanidade e preparar as pessoas para trabalhar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, durante muito tempo, esse conhecimento científico foi reservado para os homens oriundos de famílias abastadas, e não havia uma instituição promotora do saber nos moldes como conhecemos hoje. Durante séculos, no Brasil, a escola também foi reservada para a elite e só recentemente passou a ser obrigatória a todas as pessoas entre 4 e 17 anos de idade, que devem estar matriculadas na educação básica, no ensino fundamental ou no ensino médio. Assim, devido à sua grande importância, é necessário entender a história da educação brasileira para compreender sua atual configuração.

Palavras-chave: Escola. História da educação. Educação brasileira.

A BRIEF CONTEXTUALIZATION OF THE BRAZILIAN EDUCATION

ABSTRACT

The school has as its goals to socialize the individuals, develop the culture and moral values, and transmit the scientific knowledge accumulated by humankind, trying to prepare people to work and contribute for the development of society. However, for a long time, this scientific knowledge was reserved for men come from wealthy families, and there was no formal institution to promote this kind of knowledge as it happens today. For centuries in Brazil, schooling was reserved for the elite and only recently it became mandatory for all the people between the age of 4 and 17. They must be enrolled from the elementary to high school. Thus, due

* Doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Psicóloga formada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: emiliatrigueiro@hotmail.com

to its great importance, it is necessary to know the history of the Brazilian education to understand its current configuration.

Keywords: School. History of education. Brazilian education.

BREVE CONTEXTUALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

RESUMEN

La escuela tiene la función de socializar las personas, comunicar cultura y los valores morales, transmitir el conocimiento científico acumulado por la humanidad y preparar a la gente para trabajar y contribuir al desarrollo de la sociedad. Sin embargo, durante mucho tiempo este conocimiento científico estaba reservado para los hombres provenientes de familias ricas y no había una institución promotora del conocimiento como las que conocemos hoy en día. Durante siglos, las escuelas brasileñas también estaban reservadas para la élite y solo recientemente se convirtieron en algo obligatorio para todas las personas entre los 4 y 17 años de edad, que deben estar matriculadas en la educación básica, o sea, en una escuela primaria o secundaria. Así que, debido a su gran importancia, se hace necesario comprender la historia de la educación brasileña para entender su configuración actual.

Palabras clave: Escuela. Historia de la educación. Educación brasileña.

1 INTRODUÇÃO

Todas as ideias têm uma história. Para entender a ideia de educação no Brasil, é preciso entender sua história. Esse exercício de olhar para trás nos ajuda a iluminar os caminhos que agora percorremos e a entender melhor o porquê de certas escolhas feitas por nossa sociedade. Para isso, é necessário ter uma compreensão crítica dessa história mediante o exame da relação entre o desenvolvimento da sociedade e o surgimento da educação formal junto às ideias pedagógicas que a influenciaram, bem como por meio da análise da evolução das principais concepções educacionais que tiveram vigência na educação brasileira.

Nesse contexto, no presente artigo, faz-se um breve percurso pela história da escola no mundo para explicitarmos como algumas ideias foram apropriadas pelos brasileiros, mesmo com atraso de séculos. Caracteriza-se também a trajetória brasileira, não com o objetivo de esgotar o tema, mas tão somente para pontuar algumas questões importantes para entendê-la. Neste sentido, é importante esclarecer que este texto está baseado mais na síntese explicativa dessas ideias do que em sua análise, o que fugiria do escopo estabelecido.

2 A ESCOLA NO MUNDO

Como assinalamos anteriormente, é importante iniciar este texto fazendo um apanhado da educação no mundo. Considerando a historicidade do fenômeno

educativo, compreendê-lo irá fornecer elementos da maior relevância para entendermos a educação no Brasil.

A escola, em todas as suas modalidades de ensino, tem como principal função fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade, transmitindo cultura, modelos sociais de comportamento e valores morais. Em resumo, sua função é preparar as crianças para viverem no mundo adulto. Na escola, elas aprendem a assimilar as regras sociais, os conhecimentos clássicos de diversas áreas disciplinares (leitura, escrita, cálculo, ciências etc.), os valores morais coletivos e os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade, além de também aprenderem a trabalhar. Aprender esses elementos sempre foi necessário; no entanto, essa instituição nem sempre existiu nos moldes que conhecemos hoje, por isso é tão importante introduzir alguns elementos do seu desenvolvimento em nossa sociedade.

Durante muito tempo, na história da humanidade, a vida humana foi guiada apenas pela tentativa de sobreviver em um mundo hostil, em um estado de vida selvagem. Com o passar dos anos, o homem foi evoluindo em suas estratégias de sobrevivência, como, por exemplo, com a descoberta do fogo, a domesticação dos animais e a agricultura, o que fez com que ele passasse a ser sedentário, estreitando sua vivência em sociedade. Todas as habilidades necessárias à subsistência eram desenvolvidas a partir da experiência compartilhada pelos pares. Saber caçar, pescar, encontrar água ou entender os sinais dos tempos, por exemplo, eram atividades aprendidas pela observação e habilidade de fazer igual.

Com a passagem do período que Engels (1884-2013) chama de barbárie para a civilização, exigiram-se novas habilidades, e o homem, sempre em evolução, respondeu a essas novas demandas. Com o desenvolvimento da indústria e da arte, o trabalho tornou-se cada vez mais especializado, com cada indivíduo tendo uma função dentro da sociedade. Esse trabalho especializado também era aprendido por meio da observação – em geral, o filho observava o trabalho do pai.

As atividades intelectuais eram restritas a uma pequena parcela da população que era responsável pela gerência da vida em sociedade, sendo também responsável pela moral, direito e religião. Para esses poucos intelectuais não havia a necessidade de uma instituição organizadora do saber; o que existia era um mestre e seus discípulos, que se reuniam para discutir esses assuntos. Para o restante da população não era necessário ter acesso a essas questões, visto que seus ofícios poderiam ser desempenhados sem o conhecimento da leitura e da escrita. O meio social era o contexto educativo por excelência, pois se aprendia por meio do que Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 13) chamam de “ver fazer e ouvir dizer”.

Somente a partir da Idade Média é que a educação começou a tornar-se produto da escola, mas esta ainda era muito discreta. Nesta época, o domínio do conhecimento era da Igreja Católica, que possuía estabelecimentos eclesiásticos para a formação dos jovens, principalmente de clérigos e monges. Segundo Rossato (1998), nestas escolas, ensinava-se a gramática, a retórica, a dialética, a lógica, as artes liberais (astronomia, aritmética, geometria, música), e, acima de tudo, ensinava-se o canto, a liturgia e a Sagrada Escritura. Ainda segundo o autor, esse modelo de escola se expandiu entre o século XI e XII devido a um crescimento geral da economia, com a aceleração do crescimento demográfico, o progresso da produção agrícola e a renovação da vida urbana caracterizada pela expansão das cidades.

É importante pontuar que essas escolas eram reservadas para os jovens, e não para as crianças. Até o final do século XVII, não havia grande interesse pela infância, já que este era um período de transição logo ultrapassado. De acordo com Ariès (2006), o apego à infância não era incentivado, porque a mortalidade infantil era muito grande, então perder um filho era algo provável. Se a criança sobrevivía, era logo inserida no mundo dos adultos, passando, inclusive, a se vestir como eles. Com a melhoria das condições de higiene, a mortalidade infantil diminuiu, e o apego à infância aumentou; cresceu também a particularização desta e a atenção despendida às crianças. É importante pontuar que esta era a realidade dos meninos de famílias burguesas e nobres, porquanto, no caso dos filhos dos camponeses, por muito tempo, ainda permaneceu uma indistinção entre infância e vida adulta, principalmente no trabalho, que, para eles, podia chegar muito cedo.

Paralelos a essa escola sob o controle da igreja, surgiram vários aglomerados de alunos e mestres, que se reuniam em claustros, nas portas das igrejas ou em esquinas. Nestes aglomerados, havia pessoas de todas as idades, de 6 a 20 anos ou mais. Essas escolas particulares ensinavam somente gramática rudimentar e não havia gradação no currículo. Os alunos mais velhos apenas repetiam mais vezes o que os mais jovens haviam repetido apenas uma vez (ARIÈS, 2006).

Nesta época, os colégios eram apenas asilos para estudantes pobres, sem a finalidade de educação. Só a partir do século XV é que essas comunidades se tornaram institutos de ensino abertos a uma população mais numerosa. Os meninos de 9 ou 10 anos passaram a frequentar em massa os colégios somente no fim do século XVI e início do século XVII. As meninas, por sua vez, ainda não tinham esse direito e só vieram a conquistá-lo por volta do século XVIII (ARIÈS, 2006).

O colégio só tomou a forma que conhecemos hoje a partir do século XIX, com a fixação de uma correspondência mais rigorosa entre a idade e a classe, a regularização do ciclo anual das promoções, o hábito de impor a todos os alunos a série completa de classes, classes menos numerosas e mais homogêneas, bem como com uma disciplina cada vez mais rigorosa e efetiva. Isso levou à consolidação de uma nova forma escolar com um lugar específico para esta atividade, um tempo escolar regulamentado, uma sistematização do ensino, a generalização do ensino da língua escrita codificada e uma relação pedagógica inédita, com a submissão do mestre e dos alunos a regras impessoais (VINCENT; LAHINE; THIN, 2001).

Em consequência dessas mudanças, a escola passou a tomar conta da infância e a afetar muitos aspectos da organização social. A idade das crianças, por exemplo, passou a ser identificada pelos cursos escolares, e as relações familiares passaram a ser condicionadas pela ordenação dos tempos da infância (ESCOLANO, 2008).

Em paralelo aos colégios, desenvolveram-se as universidades. Estas também são herdeiras das escolas monásticas e nasceram sob a proteção da Igreja Católica, passando mais tarde para a proteção imperial. Segundo Rossato (1998), o século XIII foi o de consolidação e expansão da universidade, mas ela ainda era uma instituição para ensinar as verdades da fé. Uma mudança significativa ocorreu nas universidades somente nos séculos XIV e XV devido a três fenômenos fundamentais: a diminuição do poder da igreja, o que levou à autonomia e à laicização da universidade; os novos papéis da sociedade local, com o crescimento do poder laico dos soberanos e príncipes; a regionalização, com o crescimento do poder

local. Até este momento, as universidades eram reservadas para as elites, o que só mudou com a Revolução Industrial.

O desenvolvimento da industrialização foi, sem dúvida, um dos fatores decisivos nas grandes mudanças ocorridas nos séculos XIX e XX. Antes da revolução industrial, a atividade produtiva era artesanal e manual. Na maioria das vezes, um mesmo artesão cuidava de todo o processo, desde a obtenção da matéria-prima até a comercialização do produto final, o que ocorria, em geral, na sua própria casa. Com a Revolução Industrial, os trabalhadores perderam o controle do processo produtivo, uma vez que passaram a trabalhar nas fábricas e para um patrão, perdendo a posse da matéria-prima, do produto final e do lucro. Esses trabalhadores passaram a controlar máquinas, na sua maioria, movidas a carvão, e dominavam apenas uma parte do processo produtivo.

A revolução industrial também trouxe consequências para as famílias. Uma delas foi a entrada da mulher no mercado de trabalho, o que fez com que surgisse a necessidade de uma instituição para cuidar das crianças enquanto suas mães estivessem trabalhando nas fábricas. Outra consequência desta mudança foi a crescente especialização tecnológica requerida pelas fábricas, o que fez com que as famílias também não pudessem mais preparar seus filhos para o trabalho. Foi preciso, então, entregar essas duas funções a uma instituição que soubesse educar não mais para a vida privada, do círculo familiar e do trabalho caseiro, mas para o trabalho que se encontrava no âmbito da vida pública, cujas regras, leis e rotinas iam além dos conhecimentos adquiridos pela família. Essa instituição especializada era a escola.

Esses fatos fizeram com que houvesse um grande crescimento das escolas, que agora eram acessíveis à maioria da população. As universidades também se desenvolveram muito neste período, em parte porque a burguesia acreditava na educação como mecanismo de ascensão social e de difusão dos novos ideais liberais, em parte porque o desenvolvimento industrial exigia um progresso técnico.

3 A ESCOLA NO BRASIL

Considerando a trajetória explicativa do fenômeno educativo percorrida até o momento, podemos construir uma visão de conjunto da história da educação brasileira. Para isso, será definida uma periodização baseada em alguns eventos sociais, políticos e econômicos importantes para o nosso país e que tiveram influência no âmbito educacional.

Assim, enquanto no mundo estavam acontecendo todas as transformações citadas anteriormente, no Brasil o ritmo era outro. Para bem entendermos a história do nosso país, precisamos lembrar que ela começou a ser formada quando os portugueses começaram a manifestar o desejo de explorar as terras além-mar. As raças que se juntaram no Brasil – a negra, a índia e a branca – e os costumes e padrões de existência que foram incorporados formaram as notórias características da gente da nossa terra.

Os índios que habitavam o Brasil levavam uma vida pautada pela subsistência e harmonia com a natureza, até que chegaram os portugueses. Os primeiros passos do colonizador no Brasil se deram em função de garantir a posse do território conquistado. Isso se deu com a ocupação da colônia, a escravização dos ín-

dios, a importação de escravos africanos para o trabalho e a forte exploração das riquezas naturais.

Bastante tempo passou até que houvesse algum interesse pela educação. Vieira e Farias (2007) afirmam que o primeiro passo dado nesse sentido foi em 1549, com a chegada de padres jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, com a missão de difundir a fé católica, convertendo os indígenas por meio da catequese e da instrução. Pouco tempo depois, no entanto, os esforços dos jesuítas se concentraram na educação dos filhos dos colonos e na formação dos futuros sacerdotes.

Segundo Freitag (1986), com a economia exportadora baseada na monocultura latifundiária, que exigia um mínimo de qualificação e diversificação da força de trabalho – esta composta, quase que absolutamente, por escravos –, a educação não tinha importância, sendo, portanto, dispensável. A estrutura social desta época era composta pelos escravos, os senhores das casas grandes, os administradores portugueses representantes da Coroa na colônia e o clero (na sua grande maioria, jesuítas). As poucas instituições escolares em funcionamento tinham, entre suas funções, ajudar a assegurar a reprodução dessa sociedade escravocrata.

É importante pontuar que, enquanto outros países como Espanha e Inglaterra, por exemplo, não se preocuparam em impedir a expansão do ensino nas colônias, seja o básico, seja o superior, Portugal adotou uma política muito diversa, obstaculizando a implantação de instituições de ensino (ROSSATO, 1998). Era comum que os filhos dos nobres buscassem o ensino superior na Europa. Esse costume atrasou muito o desenvolvimento do Brasil e teve influência em toda a nossa história.

Um fato importante modificou os rumos do país: a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil em 1808, o que fez aumentar o interesse em relação ao Brasil. Várias obras foram realizadas em função das novas necessidades, como a melhoria dos transportes e das condições de higiene, além da criação do Jardim Botânico, da Biblioteca Municipal e de instituições de educação. Foram criados dois colégios, o Seminário de Olinda e o Colégio do Caraça, assim como os primeiros cursos superiores, nas áreas de defesa militar e saúde. Neste período, houve tentativas de criação de uma universidade no Brasil, mas todas fracassaram, conforme afirmam Vieira e Farias (2007).

Essas autoras mostram também que o período que se segue, o Império, não trouxe mudanças muito profundas à estrutura social de dominadores e dominados. Em relação à escola, nas cidades onde se concentravam os interesses políticos e econômicos, como Rio de Janeiro e Salvador, o acesso permaneceu sendo privilégio de uma minoria; nas demais, era praticamente inexistente. Para a maioria das pessoas o que havia era um tipo de instrução doméstica, com mães ensinando os filhos, e irmãos que sabiam alguma coisa ensinando os que nada sabiam (GALLEGO, 2011).

No final do século XIX, houve outra importante passagem na ordem política e social – o advento da República. Sua proclamação, entretanto, também não trouxe, de imediato, rupturas significativas com o modelo social vigente, porquanto não deixou de receber fortes influências das antigas oligarquias rurais e seus coronéis, o que só mudou quando a classe burguesa começou a emergir.

No plano educacional, até o início do século XX, a educação era privilégio de poucos. No entanto, havia anseios de mudança nesse panorama. A primeira mu-

dança foi o início da transição do ensino doméstico para o ensino nas escolas, o que foi proposto pela Lei Geral da Educação de 1827 (GALLEGO, 2011). Ela incluía a preocupação com um espaço edificado expressamente para o serviço escolar (SOUZA, 1998). Com a primeira constituição republicana, em 1891, houve outras mudanças, como uma maior autonomia aos estados, o que aumentou o processo de descentralização, separando Estado e Igreja e garantindo a laicidade do ensino e a abertura para o setor privado, que se concentrava, principalmente, no ensino secundário e superior (VIEIRA; FARIAS, 2007).

Continuando com a trajetória histórica, percebe-se que, na década de 30 do século passado, ocorreram importantes mudanças no cenário político, econômico e social, com a modernização do Estado brasileiro. O país ingressou em um novo ciclo de produção econômica, quando o modelo agrário exportador cedeu lugar à substituição de importações. No plano político, surgiu uma importante figura, Getúlio Vargas, que, primeiramente, foi eleito para assumir o governo e, depois, permaneceu nele mediante um golpe de Estado. No cenário internacional, ocorreu a Segunda Guerra Mundial, e Vargas colocou o Brasil em guerra contra os alemães. Isso fez com que crescesse uma insatisfação dos brasileiros contra a ditadura getulista. As ações do governo, a centralização e o autoritarismo repercutiram no campo educacional, que vivia “[...] um dos mais fecundos momentos da elaboração do pensamento pedagógico brasileiro, quando educadores se mobilizam para debater as questões da área e produzem o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)” (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 90).

Esse manifesto representou uma tomada de posição face ao contexto social, com repercussões sobre as ideias pedagógicas que se formaram a partir de então. Ele definiu um amplo programa educacional, estabelecendo, entre seus princípios gerais, a educação como um serviço essencialmente público, gratuito e obrigatório, e a escola comum para ambos os sexos. O manifesto repercutiu na Constituição de 1934, que delegou a responsabilidade pela organização e manutenção de sistemas educativos primários aos estados, cabendo à União manter o ensino secundário e superior. A educação pública foi destinada aos que não podiam arcar com os custos do ensino privado, e o ensino vocacional e profissional passou a ser prioritário para estes. Com isso, o sistema educacional brasileiro acentuou um dualismo existente entre a educação escolar das elites, a quem eram reservados os cursos superiores, e aquela ofertada às classes populares, o ensino profissionalizante (VIEIRA; FARIAS, 2007). Segundo Freitag (1986), este sistema profissionalizante, além de produzir e reproduzir a força de trabalho para o processo produtivo – visto que eram os filhos dos trabalhadores das indústrias os treinados para trabalhar nas indústrias –, também garantiu a consolidação e a reprodução de uma sociedade de classes.

Com a queda de Vargas, surgiu um novo período, denominado de “nova democracia”, que teve, entre suas principais características, uma ambiguidade no plano político, com períodos de menor e maior fechamento, e, no plano econômico, anseios estatizantes e nacionalistas convivendo com projetos de industrialização apoiados no estímulo ao capital estrangeiro. No plano educacional, ocorreu a publicação, em 1959, do segundo Manifesto de Educadores ao Povo e ao Governo, denominado de “Mais uma vez convocados”, posicionando-se frente ao acirramento das disputas entre publicistas e privatistas. Esse manifesto influenciou o

surgimento da Lei n.º 4.024/61, que é o primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (VIEIRA; FARIAS, 2007).

Outro momento político relevante na história do Brasil ocorreu em 1964, o golpe militar. Durante este regime, avançaram os processos de urbanização, industrialização e desenvolvimento econômico, e retrocederam os momentos de liberdade e democracia. Segundo Rossato (1998), neste momento de grande desenvolvimento, passou a ser difundida a teoria do capital humano, que defende a tese de que o maior investimento que alguém pode realizar é sua própria qualificação. Desse modo, a educação passou a ser vista como uma forma de ascensão social, pois, assim, o indivíduo poderia lutar por melhores salários e condições de vida. Isso levou a classe média a buscar ainda mais a universidade, para manter o seu *status*, e também a classe trabalhadora, como uma forma de melhorar de vida. Isso trouxe para o governo uma situação ainda não vivenciada: a grande demanda por ensino superior, o que levou à implantação de duas reformas que marcaram o período, a reforma universitária e a reforma do ensino de 1.º e 2.º graus.

A reforma universitária se constitui como resposta a essa pressão por acesso ao ensino superior, sendo também uma busca por atender a uma exigência de racionalização. Ela buscou conter a expansão desordenada deste nível de ensino e prover meios para as instituições oferecerem mais e melhor ensino num ambiente em que a participação estudantil estivesse sob controle (VIEIRA; FARIAS, 2007). Em suma, o objetivo da reforma era “[...] diminuir a pressão sobre a universidade, absorvendo o máximo de candidatos ao vestibular (democratização) e discipliná-los posteriormente, alegando medidas de racionalização dos recursos” (FREITAG, 1986, p. 84).

Por outro lado, a reforma de ensino de 1.º e 2.º graus procurou conter essa demanda por ensino superior por meio da formação de quadros técnicos de nível médio, que teriam um sentido de terminalidade da escolarização. Todavia, essa proposta ficou no papel, pois não havia meios objetivos, instalações e recursos humanos, à época, para colocá-la em prática. Neste período, também ocorreram outras mudanças no sistema de ensino cujas repercussões aparecem até hoje, como, por exemplo, o aumento da oferta de educação por instituições privadas, principalmente no ensino superior (VIEIRA; FARIAS, 2007).

Mesmo com essas reformas, até a década de 1980, a educação básica não era universal, sendo privilégio de poucos. Era comum, nesta época, principalmente em cidades do interior, em famílias com um número muito grande de filhos, a “escolha” de apenas alguns para estudar, preferencialmente os que tinham “vocação” para isto, enquanto os demais deveriam trabalhar para ajudar a sustentar a casa. Com a expansão do ensino por intermédio da iniciativa privada, esta situação se agravou. Infelizmente, até pouco tempo atrás, isso ainda era uma realidade em alguns lugares do Norte e Nordeste do Brasil, sendo hoje mais frequente em relação ao prosseguimento no ensino superior, realidade esta já superada em alguns países.

4 A ESCOLA ATUAL

Em 1985, houve o fechamento do ciclo do regime militar e a abertura de novo período democrático, no qual estamos vivendo atualmente. Ele começa com

mudanças na ordem econômica, política, social e cultural. No mundo, também estão ocorrendo mudanças significativas, como o processo de globalização e a revolução tecnológica, que vêm nos envolvendo cada vez mais. Um marco político importante foi a implantação de uma nova constituição, em 1988, denominada de “Constituição Cidadã”, na qual estão contidos os direcionamentos a serem perseguidos nos anos seguintes, sendo o principal o de construir uma democracia que dê a todos os brasileiros o acesso aos direitos sociais básicos.

A Constituição de 1988 trouxe para a educação algumas conquistas, como a consagração da educação como direito público subjetivo, o princípio da gestão democrática do ensino público, o dever do Estado de prover creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos, a oferta de ensino noturno regular, o ensino fundamental e médio gratuito (inclusive para os que a ele não tiveram acesso em idade própria), o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, entre outras. É importante pontuar que alguns desses direitos também estão assegurados em outro documento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990), que coloca como direito de todo indivíduo até 18 anos de idade a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Uma lei que começou a ser gestada antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, que buscou reordenar os sistemas educativos, criando relações de transformação, reforma e inovação educacional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n.º 9.394, de 17 de dezembro de 1996) – atualmente é o documento que rege a educação brasileira. Devido à sua importância, antes da sua publicação, ela acumulou divergências de interesses, seja dos parlamentares, dos órgãos do governo federal, seja das entidades nacionais do campo educacional (VIEIRA, 2008).

A LDB trouxe uma nova concepção de educação básica com a ampliação do número de anos e etapas de escolarização. Nas leis de educação anteriores, esta era limitada ao domínio da habilidade de ler, escrever e contar; enquanto, na atual, busca-se a formação do indivíduo, de 0 ano de idade até o final do ensino médio, sendo dividida em três etapas consecutivas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A oferta dos dois primeiros é de responsabilidade dos municípios; a do último, dos estados. Essa ampliação tem se refletido na integração entre seus vários níveis e destes com o ensino superior, que é de responsabilidade da União. Outra garantia trazida por esta lei é a oferta gratuita de educação básica aos que não tiveram acesso a ela na idade própria, bem como aos alunos com deficiência ou superdotados, mediante atendimento especializado gratuito, preferencialmente na escola pública. Cada um desses níveis de ensino tem uma função social e uma finalidade educativa delimitada, que podem ser vistas a seguir.

Segundo o artigo 29 da LDB, a educação infantil, que é a primeira etapa da escolarização básica, tem por finalidade promover “[...] o desenvolvimento integral da criança, até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (BRASIL, 1996, p. 9), desenvolve-se em creches para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos.

A etapa seguinte da escolarização é o ensino fundamental, que abrange nove anos de escolarização, com início aos 6 anos de idade, sendo obrigatório a todas as crianças. Ele tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante

Art. 32. [...] I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade; III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p. 10).

O ensino médio, com três anos de duração, tem a função de fechar um ciclo de conhecimento e de formação, sendo a última etapa da educação básica. Entre suas finalidades, estão a formação para o exercício da cidadania e o fornecimento de meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. O ensino médio também pode preparar o educando para o exercício de profissões técnicas.

O ensino superior, por sua vez, tem, entre as suas finalidades: “Art. 42 [...] II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” (BRASIL, 1996, p. 14). Abrange os seguintes cursos e programas: cursos sequenciais, cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão.

Um dos princípios estabelecidos na Constituição de 1988 e na LDB, e que tem sido perseguido nos últimos anos, é o da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Ainda existe no Brasil um percentual significativo de crianças e jovens fora da escola, não apenas pela falta de possibilidade de acesso, mas, principalmente, pela exclusão precoce. Nos últimos anos, o acesso tem sido expandido, mas a permanência implica mudanças qualitativas no interior da escola, principalmente da escola de ensino médio (PEREIRA; TEIXEIRA, 2008). Isso pode ser observado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012), os quais mostram que 98% das crianças de 7 a 14 anos estão frequentando a escola, e somente 51,8% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados no ensino médio.

Para que esta expansão ocorresse, várias políticas foram implementadas nos últimos anos, o que fez com que houvesse um aumento no número de matrículas, principalmente no ensino médio e superior. Na educação básica, a principal mudança foi a criação, em 2007, do Fundo Nacional de Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEF. Outra política pública que teve grande impacto no número de matrículas no ensino fundamental foi o programa de transferência de renda, que beneficia as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e está atrelado à condicionalidade de matrícula e frequência das crianças de 6 a 17 anos à escola. No ensino médio, a principal mudança foi a ampliação de escolas profissionais nas redes estaduais e de Institutos Federais na rede federal. Na educação superior, a expansão se deu na rede privada por meio da criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (Prouni). Na rede pública, a expansão ocorreu por intermédio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e da consolidação do Sistema Nacional de Educação a Distância.

Essas mudanças nos mostram também que, nos últimos anos, tem havido um deslocamento do investimento do empresariado privado do ensino médio para o ensino superior, o que tem levado a uma publicização da educação básica e uma privatização da educação superior. Os alunos que cursaram o ensino médio na escola privada buscam a educação superior nas instituições públicas; aos que cursaram o ensino médio na escola pública sobra apenas a opção das instituições privadas. Em contrapartida, os resultados nos sistemas de avaliação mostram que, na educação básica, a escola privada tem se mostrado superior em qualidade à escola pública, enquanto que, no ensino superior, a situação se inverte. Isso pode ser parcialmente explicado pelo fato de que, na educação básica:

[...] a clientela da rede privada, em geral, é portadora de um capital cultural, social e econômico que ultrapassa as fronteiras da escola e, sem sombra de dúvida, contribui para um melhor desempenho escolar. Tal não ocorre com a maioria dos estudantes brasileiros, para quem a escola pública é o lugar por excelência do acesso à cultura letrada e, portanto, da iniciação ao conhecimento veiculado pela escola. (VIEIRA, 2008, p. 93).

Helene (2012) corrobora essas ideias ao afirmar que a média do número de anos de estudo fornecida pela escola é um indicador importante do funcionamento do sistema educacional em determinado momento. Por isso, o autor calcula a escolaridade média oferecida pelo sistema educacional brasileiro desde meados da década de 1920 até 2007 e percebe que há várias irregularidades encontradas na evolução da escolaridade média esperada nesse período, tais como momentos de estagnação, retrocesso ou crescimento mais intenso, que coincidem com fatos que marcaram significativamente a história do país, como já foi apresentado no presente trabalho.

Por fim, Saviani (2013) afirma que, considerando a inerente historicidade do fenômeno educativo, o entendimento de como as ideias se encarnam na prática pedagógica, assumindo uma forma específica que decorre do embate entre as ideias propriamente ditas e as condições particulares de sua implementação, ajuda a tomar consciência da maneira como se articulam as ideias educacionais que circulam em nosso meio na prática pedagógica cotidiana.

5 CONCLUSÕES

Com estes elementos, podemos perceber que, de um fator secundário no modelo agroexportador brasileiro, a educação foi sendo consideravelmente valorizada à medida que se tornou parte do modelo econômico altamente produtivo que vivemos atualmente. Esse processo de inovação tecnológica e organizacional fez emergir uma nova forma de produção e organização do trabalho, exigindo profissionais cada vez mais capacitados, porquanto, na sociedade do conhecimento, a matéria-prima é a informação e o saber. Esses fatores tiveram grande influência nas organizações educativas.

Considerando que as instituições escolares são formadas por uma combinação de tradição e mudanças, podemos concluir que fazer este percurso histórico foi necessário e importante para percebermos o quanto ainda reproduzimos

modelos de quase 500 anos atrás e como eles são marcantes na escola que temos atualmente. A partir dessas pontuações, podemos pensar nos desafios que nos são impostos hoje, como, por exemplo, garantir que todas as crianças e jovens frequentem a escola; assegurar que eles, de fato, aprendam na escola e tenham percursos escolares longos e de qualidade; e, por fim, propiciar que as escolas, os professores, os técnicos e os dirigentes da administração educativa estejam sintonizados para enfrentar esses desafios.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 12 mar. 2015.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Escala, 2013.
- ESCOLANO, A. La invención del tiempo escolar. In: FERNANDES, R.; MIGNOT, A. C. V. (Org.). *O tempo na escola*. Porto: Profedições, 2008. p. 33-53.
- FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1996.
- GALLEGO, R. C. A configuração temporal e as inovações nos modos de ensinar e aprender nas escolas públicas primárias (São Paulo – Brasil – 1850 a 1890). In: PERANDONES, P. C. *Arte y oficio de enseñar: dos siglos de perspectiva histórica*. Madrid: Sociedad Española de Historia de la Educación, 2011. p. 12-34.
- HELENE, O. Evolução da escolaridade esperada no Brasil ao longo do século XX. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 197-215, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Brasília, DF, 2012.
- PEREIRA, E. W.; TEIXEIRA, Z. A. Reexaminando a educação básica na LDB: o que permanece e o que muda. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). *LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 99-129.
- ROSSATO, R. *Universidade: nove séculos de história*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SOUZA, R. F. Gramática espacial e a construção da identidade sociocultural da escola primária. In: SOUZA, R. F. *Tempos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 121-155.

VIEIRA, S. L. O público e o privado na educação: cenários pós-LDB. *In*: BRZEZINSKI, I. (Org.). *LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 77-98.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

VINCENT, G.; LAHINE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, 2001.